



Debate “Resposta dos Partidos Políticos aos desafios da IA”

CONCLUSÕES

29 de fevereiro de 2024

*Com a aproximação das eleições legislativas de 2024, a APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, através do seu Grupo de Missão de Inteligência Artificial (IA), realizou um debate entre os **partidos políticos**, procurando resumir as respostas que cada um deles tem para os fortes impactos na economia, na sociedade e na política que se prevê que a IA venha a ter. A coordenação e moderação da sessão esteve a cargo de **Nuno Gonçalves**, Coordenador do Grupo de Missão “Inteligência Artificial” da APDSI.*

A IA é atualmente um dos grandes desafios globais e que promete ter forte impacto no mundo do trabalho, nas empresas e nas organizações públicas, nas políticas públicas e na regulação, capaz de trazer implicações, boas ou más, para o atual modelo de segurança pessoal, o impacto nos equilíbrios geoestratégicos e na perceção do mundo.

Bruno Horta Soares, da Iniciativa Liberal (IL), acredita firmemente que a tecnologia vai continuar a avançar, pelo que é um espaço perfeito de partilha e colaboração na

medida em que a transformação digital já não é questionável nem reversível. O plano de ação nacional para a Inteligência Artificial existente desde 2019 reconhece que o tema é estratégico até porque “foi aprovado no Governo anterior, mas tem muitas dificuldades em ser operacionalizado, não tinha consequência nem visão transformacional”. Ainda não tinha sido implementado esse plano e já estava a ser revisto antes da queda do Governo socialista, notou.

Bruno Horta Soares considera que agora tem de se avaliar o seu sentido operacional, com as devidas oportunidades e ameaças, e falou-nos da importância da cibersegurança e ciberdefesa na função pública: “o estado tem muito por onde tem de ser ajudado” antes de pensar na sua aplicação em indivíduos e empresas, destacando a importância do modelo de governança e a formação.

No capítulo de ameaças e oportunidades no cenário nacional, Bruno Horta Soares acredita que é a Inteligência Artificial Generativa que poderá estar a “dar mais nas vistas” e que democratizou a capacidade de qualquer indivíduo aceder a uma ferramenta com grande potencial onde ainda não se colocam questões de falta de equidade no acesso à tecnologia (embora, claro, essas liberdades estejam dependentes de um pagamento). “O Estado tem o dever de não perder esta oportunidade dentro do próprio Estado”, afirma, analisando que esta arquitetura implica flexibilidade de utilização, consoante o Ministério que esteja em causa - alguns vão necessitar mais de recorrer a IA que outros. Fundamental é promover um ambiente de confiança em que o Governo vai ter de dar o primeiro passo e ser impulsionador dessa mudança.

E que implicações pode a IA ter na política? Bruno Horta Soares diz que sem *use cases* a sociedade não vai saber o que fazer e que os dados e respetivas respostas poderão ser manipulados consoante o partido que esteja no Governo. Se a decisão é política, só sairá robustecida pela solução tecnológica que não deve passar pela “mera” disponibilização de computadores aos alunos, recorrendo ao exemplo do que se verificou no setor da Educação aquando da distribuição dos computadores Magalhães e das soluções encontradas no período crítico da pandemia: “colocar tecnologia em processos errados só aumenta o erro”.

Gonçalo Filipe, do Bloco de Esquerda (BE), enquanto informático, congratula-se por ver este tema ser discutido ao nível político para garantir que a IA transforma processos para melhorar a vida de todos. O BE defende a democratização da IA, a criação de uma unidade de investigação de excelência e a sua integração no sistema científico nacional (permitir o acesso a instituições de ensino superior, investigação e disseminação na economia portuguesa), mediante a **criação de um banco de dados que recolha informação estatística real, que trabalhe num retorno visível de riqueza, enquanto protege as pessoas de fraudes e manipulação e lhes facilita o acesso a serviços públicos.**

Prosperidade social no panorama nacional pode dar-se, com a intervenção da IA, com maior investimento público na área do que aquele que existe atualmente, nomeadamente através da contratação de profissionais especializados na área. Com o investimento certo, considera, Portugal pode assumir uma posição destacada no contexto europeu, contribuindo para o aumento da riqueza e redução da carga de trabalho. Importante é prevenir os esquemas de fraudes, com o auxílio das empresas e da academia, com o bem-estar das pessoas no centro das atenções.

A política com IA traz riscos para a manipulação eleitoral, opina Gonçalo Filipe, que considera **a intromissão na política um problema real e uma ameaça à democracia,** cujo problema pode passar pela moderação de conteúdo que tem de fazer uma triagem do que chega ao público.

Enaltecendo o trabalho da APDSI junto da sociedade civil, João Mota Lopes, da Aliança Democrática (AD), refere que assistimos a uma verdadeira democratização de um conjunto de tecnologias de Inteligência Artificial, Aprendizagem Automática (ML), Processamento de Linguagem Natural (NLP), entre outras. Esta democratização é um primeiro passo rumo a um novo paradigma em que a Inteligência Artificial estará embebida em aplicações e plataformas e poderá ser então **colocada ao serviço do mundo das organizações públicas e privadas. E que esta revolução digital altera a forma como trabalhamos, vivemos, interagimos entre nós.** Os tempos mudaram, por isso “era importante a economia portuguesa **estar a potenciar uma grande**

oportunidade para Portugal, de transformar a sua economia, incrementando os níveis de produtividade e competitividade e eliminando os tradicionais bloqueios que condicionam a escala e a capacidade de abertura a novos mercados das nossas empresas, que tragam outros horizontes para a economia portuguesa”.

A AD propõe um conjunto de ideias de inovação, empreendedorismo e Transformação Digital, que passa por modernizar e digitalizar a administração pública e potenciar a interação com o cidadão e com as empresas com base em algoritmos e em inteligência artificial. A ideia é implementar um Plano de Serviços Públicos Digitais.

No mundo académico, João Mota Lopes destaca as boas experiências e bons exemplos que têm potenciado a IA e que devem ser transpostos para a AP e para a sociedade em geral “fomentando a eficiência das empresas e do nosso dia a dia”. **Apoiar a investigação, a inovação e o empreendedorismo em IA** e estimular a adoção e a utilização da IA nos setores público e privado.

O grande receio de João Mota Lopes centra-se na origem da informação que pode ser usada na base da IA. Que é necessário ter dados fidedignos, por forma a termos políticas públicas mais informadas e eficientes. E, também, contribuir para o processo de tomada de decisão e governança.

O *backoffice* e a qualidade da informação que existe nas organizações tem de estar atualizada e conter os dados os mais fidedignos possível: “é necessário começar a trabalhar nesse sentido e preparar a casa para este futuro onde ainda há muito por fazer no que concerne à interoperabilidade semântica e técnica”. A IA na política pode auxiliar no processo de tomada de decisão em consciência “e de forma informada e eficiente” ajudando na capacidade preditiva que pode levantar questões éticas essenciais no capítulo da propriedade intelectual. **A manipulação de eleições e de dados pessoais também preocupa a AD, que acredita que este problema se combate com a prevenção e regulamentação para a transparência algorítmica e a prevenção de manipulação algorítmica, com a educação cívica, promovendo a alfabetização digital e investindo em ferramentas de deteção de *deepfakes*.**

Manuel Gouveia, da Coligação Democrática Unitária (CDU), sublinha que no programa eleitoral do seu partido existe um capítulo inteiro dedicado à transição digital que a CDU encara “como algo positivo e inevitável num quadro em que se olha para o futuro com confiança e otimismo. A IA é um contributo para um futuro melhor e que não deve acarretar apenas receios e temores como tantas vezes acontece”.

O problema pode estar no modo de produção e num conjunto de opções que a sociedade tem de tomar para evitar a anarquia instalar-se [Nota: A anarquia de que falo é a forma anárquica do actual modo de produção, o capitalista; a opção é entre plano socialista ou anarquia capitalista; entre socialização ou mercantilização; entre cooperação ou concorrência]. As consequências do instrumento advêm dessas opções. A IA corresponde, para Manuel Gouveia, a uma transformação muito grande no nível de processamento, armazenamento e tratamento da informação com profundas alterações no seu processo. A realidade [material] que está por detrás disto é uma grande quantidade de servidores, cabos, quantidade colossal de eletricidade e matérias-primas, instrumentos de emissão e receção de sinal e dados, trabalhadores que, em conjunto, permitem este aumento de informação. Este investimento e quem o controla pode acarretar “perigos e perversões que esquecem o que estrutura a realidade económica que existe e também tem de ser abordada”.

Sobre as oportunidades destaca o aumento da produtividade social do trabalho, melhoria da qualidade de vida das populações e serviços públicos como saúde e transportes, eliminação de tarefas penosas do ser humano e antecipação para entrada na idade da reforma. Este desenvolvimento não deveria estar dependente deste avanço técnico, mas vai, certamente, ajudar na opinião de Manuel Gouveia. Há o perigo da sua indevida utilização, aumento da exploração, apropriação do Ser Humano por um grupo de controladores económicos que se pode apropriar do poder político, afastando as populações de decidirem sobre esse poder, além das novas formas de censura que estão a nascer. Cuidado com as bases de dados ilegais e da exclusão de uma camada da população que não terá capacidade de lidar com esta nova tecnologia, aponta.

“Manipulação política existe em todos os processos eleitorais porque advém da utilização da propriedade privada de um conjunto de meios que depois são colocados ao serviço dos detentores destes meios”, dispara Manuel Gouveia, que desvaloriza,

neste caso, a intervenção da IA mas culpa a irregular distribuição de riqueza nas sociedades e as “novas formas de censura”, que exemplifica com mecanismo para “calar” algumas opiniões como “as daqueles que não partilham da opinião de quem determina o caminho desses instrumentos que agravam a exclusão”.

Também no programa do Livre, Patrícia Gonçalves defende a criação de um organismo regulador com capacidade para desenvolver uma estratégia nacional, com um quadro de pessoal capacitado a implementar a estratégia europeia para este setor. Com a transposição do IA Act “é urgente a criação deste organismo que trabalhe com outros organismos da EU com os mesmos propósitos”. A agência Nacional para a IA deve incentivar a investigação científica do setor e o seu uso na área empresarial, a ligação da Academia à AP e contribuir para um melhor funcionamento dos organismos públicos. Essa entidade ainda deve desenvolver projetos educativos para o público em geral, destacando as políticas públicas de mitigação de riscos da IA e educação transversal a todas as áreas: **“não podemos esperar muito mais tempo, vamos andar a correr atrás do prejuízo”, conclui Patrícia Gonçalves.**

O Livre apoia a criação de um laboratório europeu de IA com cooperação internacional para este setor. As oportunidades também merecem atenção do Livre que reconhece o estado atual em que nenhum de nós sabe exatamente para onde a humanidade caminha neste campo. Congratula-se com os avanços na saúde e a velocidade com que a IA consegue analisar exames e auxiliar na decisão humana (têm sempre de ser complementares à atividade e decisão humana final), no tratamento dos dados do planeta terra por satélite. A ameaça nacional é poder não haver governança eficaz e acautelar a segurança efetiva de cidadãos e instituições que pode ser ameaçada com o crescimento destes sistemas: **“a nossa democracia tem de estar à prova dos riscos que a IA nos coloca sem *deepfakes*, notícias falsas, *hacking*, interferências em eleições e sondagens”.** Quem trabalha o que se pode fazer com IA deve demonstrar às pessoas como ser céticas em relação a conteúdo falso e a ensinar como se podem acautelar destes perigos. Chama-se a este processo *prebunking* e já está a ser aplicado em Taiwan, por exemplo, uma nação já preocupada com estas questões. Taiwan não tem voto

eletrónico, mas mostra em vários canais de YouTube os processos de contagem de votos.

Porfírio Silva, do Partido Socialista (PS), enquadra a IA num capítulo mais alargado “e integrado em missões essenciais para o país”. Desde logo há a questão de aproveitamento dos dados, computação avançada e IA para acompanhar desenvolvimentos económicos que têm de se potenciar, estabelecendo-se parcerias com instituições do ensino superior, designadamente nas novas tecnologias. **O Estado, considera, “tem de empurrar novas fronteiras” algo que foi já essencial no passado para potenciar produtos que nasceram do “esforço coletivo comum” e que produziram resultados que foram bem aproveitados.**

Será necessário usar a IA para a Educação, Justiça e no SNS, avançando também na sua aplicação na democracia. Toda esta “nuvem” move-se num quadro em que estamos integrados na Europa que nos terá de acompanhar nestes desenvolvimentos, acautelando os valores de sociedade que diferem muito entre os vários continentes. “É importante termos a consciência que muitos dos agentes que vão ter de ser envolvidos ainda não fazem uma ideia clara e concreta de como se vai desenvolver a IA”, refere. **“Não acredito que haja determinismo tecnológico e que as tecnologias decidam o que temos que fazer”**, afirma Porfírio Silva, enquanto se mostra confiante nas **oportunidades que a IA vai trazer à sociedade portuguesa**, tendo muito mais para dar que um potencial imediato e vai trazer soluções à questão do circuito de distribuição de água, por exemplo. Já há trabalho na área da saúde em que a IA vai ajudar a perceber a relação de causa-efeito em muitas situações que vão ajudar no determinar de um diagnóstico.

“Não sejamos ingénuos; não são só os privados que fazem interferências em processos de eleições”, alerta Porfírio Silva, que lamenta não haver “soluções mágicas” para este tipo de questões. O caminho a seguir, então? Uma estratégia principal que reforce a democracia e ter as populações mais informadas, mais participativas e com maior conhecimento crítico e capacidade de intervenção recorrendo às mais recentes tecnologias e **“evitando injeções de mentiras”**.

Nuno Gonçalves lembrou a necessidade da existência de um plano de ação nacional para a Inteligência Artificial, que aprofunde e estenda os atuais documentos, datados de 2019, é de vital importância para o nosso país.

A IA, gerada no seio da investigação científica apresenta-se como um elemento crítico na competitividade da nossa economia, com grande impacto na vida das pessoas e das empresas, onde também estarão presentes inúmeros riscos associados à má utilização da IA que desvirtuem os seus principais benefícios.

Perguntas da audiência:

- **Como avaliam a proposta da EU de atribuir à Comissão Nacional de Proteção de Dados o papel da regulação de IA em Portugal?**

IL: Se derem os recursos que deram ao RGPD, há muitas limitações por parte dos Governos. Pode ser qualquer uma desde que tenha recursos que valorizem o “fazer cumprir”. Falta uma escolha política que diga que as leis são para cumprir.

BE: A CNPD é uma entidade que pode ajudar a aplicar a lei; vemos como positiva a sua ação.

AD: Precisamos de mais recursos e investimento nestas áreas. Não serve atribuir funções às entidades se depois lhes faltam meios: processos, meios e pessoas.

CDU: Entendemos que deve ser criado um instituto público, em colaboração com as universidades e a CNPD, mas que possuam os meios técnicos e os trabalhadores necessários e devidamente remunerados para terem uma boa capacidade de trabalho e resposta operacional.

Livre: Pode ser a CNPD com recursos para o fazer, mas propomos a criação de uma Agência Nacional para a Inteligência Artificial, mas que tem de ter força e recursos humanos, potenciando a ligação às universidades.

PS: O programa do PS não tem uma solução institucional identificada para este problema, mas não podemos resolver questões que atravessam o planeta fechados na

nossa nação e achando que conseguimos resolver o assunto. Temos de procurar parceiros mais próximos da nossa visão democrática. O Estado também precisa de outra abordagem para o apoio à decisão em políticas públicas. Há muitas incertezas nos caminhos a seguir.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança e Privacidade, a Ética no Digital, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, as Tecnologias de Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação, as Competências digitais e o Ambiente e Energia.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

email | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Apoio Institucional

INCM

Patrocinador

Google

Patrocinadores Globais da APDSI

Platina

Google

Ouro

aws

devoteam

INCM